

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 009/2022

Nº 009/2022: SEMAS/PA – AVINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº. 469543/2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E FUNDACIÓN AVINA

O **GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**, órgão integrante da Administração Direta do Estado do Pará, doravante denominada **SEMAS**, inscrita no CNPJ sob n.º 34.921.783/0001-68, com sede na Travessa Lomas Valentinas, n.º. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG n.º. 1360811, emitida pela PC/PA e do CPF n.º. 296.202.102-63, residente e domiciliado na cidade de Belém/PA;

e

a associação privada **FUNDACIÓN AVINA**, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, doravante denominada **AVINA**, averbada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro na matrícula nº 223657, em 03/02/2017, sob o nº 201611220932136, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 10.268.706/0001-92, inscrição municipal nº 0.501.822-6, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, 231, Salão 902, Parte - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.030-021, neste ato representada pela sua Procuradora **Cintia Maria Gonçalves Vetromile**, portadora da identidade nº 12.172.423-1, expedida por DETRAN-RJ, e CPF sob o nº 101.573.897-40;

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à [Lei Federal nº. 8.666/1993](#) (art. 116), à [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e alteração pela [Lei Federal nº. 13.204/2015](#), bem como ao [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), que regulamenta em âmbito local o Marco Regulatório para celebração de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil,

RESOLVEM, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, doravante denominado **ACORDO**, sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Este **ACORDO** tem por objeto a promoção de **ações colaborativas de intercâmbio de conhecimento e *networking* relacionado ao fomento de mudanças sistêmicas em prol da dignidade humana e do cuidado do planeta** no âmbito do Estado do Pará.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos/resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

2.2. As partes concordam que futuras oportunidades de parceria em projetos e atividades específicos serão formalizados por meio de Termos Aditivos, anexados ao presente **ACORDO**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Elaborar Planos, Programas, Projetos e ações com finalidades específicas, conforme acordado e definido entre si, e constituirão parte integrante desde **ACORDO**;

3.1.2. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

3.1.3. Intercambiar dados, informações e análises relativas ao escopo deste **ACORDO**, necessários à execução dos trabalhos referidos no objeto do mesmo, respeitada a legislação vigente;

3.1.4. Disponibilizar equipe de funcionários e colaboradores para a execução das ações, programas ou projetos decorrentes deste **ACORDO**;

3.1.5. Organizar, apoiar, realizar e participar de reuniões, tele/vídeo conferências e encontros necessários para o andamento e execução do objeto deste **ACORDO**;

3.1.6. Reservar espaço, quando possível, em seus meios de informação ou comunicação e eventos técnicos ou científicos para a divulgação do presente **ACORDO** e seus termos, das ferramentas empregadas, bem como dos resultados obtidos no âmbito deste **ACORDO**, ressalvados os casos sigilosos ou confidenciais, conforme assim expresso entre as **PARTES**;

3.1.7. Prestar esclarecimentos aos órgãos interessados sobre os resultados analíticos relativos ao escopo deste **ACORDO**;

3.1.8. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito de suas obrigações;

3.1.9. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

3.1.10. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;

3.1.11. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos que vierem a ser causados em decorrência de atos de propostos ou indicados.

3.1.12. Propor aditivos a este **ACORDO** sempre que necessário para o alcance de seus objetivos essenciais.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS

4.1. Compete à **SEMAS/PA**:

4.1.1. Estabelecer um coordenador do projeto no quadro da **SEMAS/PA** que garanta, como ponto focal da Cooperação, a facilitação da execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado, além de compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação estabelecida no artigo 50 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#);

4.1.2. Disponibilizar à **AVINA** informações relativas ao arranjo institucional do Governo do Estado e dados organizacionais básicos relativos a si e que importem no âmbito do **ACORDO**;

4.1.3. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas a Políticas, Planos, Programas, Projetos e Ações do Governo Estadual relacionados às pastas ambiental, econômica e social;

4.1.4. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados e informações sobre os recursos públicos e privados já existentes, incluídos os comprometidos e ainda não executados, utilizados para atividades administrativas, de gestão, fiscalização e monitoramento;

4.1.5. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos à dinâmica de uso e mudança de uso da terra, incluindo os concernentes ao desmatamento legal e a todos os demais aspectos geográficos, econômicos e sociais, instrumentos e ferramentas de gestão utilizados, bem como os vetores de pressão conhecidos ou identificados;

4.1.6. Disponibilizar, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos a estruturação de projetos públicos e a serem concessionados, bem como do licenciamento ambiental dos projetos de infraestrutura pertinentes ao presente **ACORDO**;

4.1.7. Avaliar e propor ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos;

4.1.8. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos estipulados por esta Cooperação.

4.2. Compete à **AVINA**:

4.2.1 Estabelecer um ponto focal para interações com a **SEMAS/PA** no âmbito deste **ACORDO**;

4.2.2 Participar e promover reuniões técnicas para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente **ACORDO**;

4.2.3 Colaborar para a identificação de instrumentos de política pública que sirvam para a efetiva obtenção de resultados no escopo do Plano de Trabalho do presente **ACORDO**;

4.2.4 Disponibilizar à **SEMAS/PA**, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, os resultados de estudos realizados no âmbito deste **ACORDO**;

4.2.5 Avaliar as proposições da **SEMAS/PA** com relação a ajustes e alterações dos produtos desenvolvidos, cabendo à **AVINA** a decisão final sobre aquilo que for relativo a seu âmbito de atuação;

4.2.6 Resguardar quaisquer informações repassadas, sendo a utilização destas restritas à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS

5.1. O presente **ACORDO NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;

5.2. Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO**, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos;

5.3. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

5.4. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento;

5.5. É facultada à **AVINA** a prospecção de recursos financeiros como forma de recuperar seus custos no âmbito deste **ACORDO**.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente **ACORDO** vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, observados o artigo 42, VI, da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e o artigo 32 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As **PARTES** designarão e a **SEMAS/PA** publicará, em ato específico, os integrantes da Comissão Gestora da presente parceria, instância responsável pelo gerenciamento e fiscalização do cumprimento do objeto da parceria, em observância aos artigos 60 e 61 da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e aos moldes do estabelecido no [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

7.2. A presente cláusula ou qualquer outro texto deste acordo, não se deverá entender que a **SEMAS/PA** poderá gerenciar as iniciativas relacionadas a este **ACORDO**, no entanto, a **AVINA** será responsável pela condução, gerenciamento e organização das diversas iniciativas necessárias para o cumprimento do objeto deste acordo.

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

8.1. A **SEMAS/PA** promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO E DA DENÚNCIA

9.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período;

9.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

9.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, a tecnologia adotada e a documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada da **SEMAS/PA**;

10.2. Quando da autorizada liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem;

10.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste Instrumento até 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos na Legislação;

10.4. Nenhuma das partes poderá divulgar informações classificadas como confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às **PARTES** envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**;

10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada;

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo as **PARTES** acompanharem o cumprimento de tal obrigação;

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra, caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas apropriadas em tal caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS

11.1. Durante a vigência do **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**;

11.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominadas “obras”, usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**;

11.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**;

11.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a sua participação;

11.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar o consentimento prévio das partes, e consequentemente devem aparecer as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das Partes, a saber: **SEMAS/PA** e da **AVINA**;

11.6. Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito externo sem a prévia autorização de seus proprietários;

11.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual;

11.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional [Princípio da Publicidade](#) dos Atos Administrativos, da [Lei de Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), artigos 52 e 55;

12.2 A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da **SEMAS/PA**, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas;

13.2. As notificações entre os signatários, relacionadas com este **ACORDO**, deverão ser feitas por correio eletrônico (e-mail), escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
SEMAS/PA	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717. Edifício Itacaiúnas, 4º andar. Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
Fundación Avina	Avenida Presidente Wilson, 231, Salão 902, Parte - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.030-021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

14.1. Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente [Medida Provisória nº. 2.186-16/2001](#), a [Resolução CGEN-MMA nº. 34/2009](#), [Resolução INPI nº. 207/2009](#) e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial;

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este **ACORDO**, bem como o seu **PLANO DE TRABALHO**, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde que tal interesse reste manifesto previamente por escrito;

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”;

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**;

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico (e-mail) de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo **PLANO DE TRABALHO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as partes, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as partes concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da [Lei Federal nº. 12.846/2013](#), do [Decreto Estadual nº. 2.289/2018](#), bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE INSTRUMENTO

19.1. Anexo I – Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia;

20.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas conforme cláusulas deste **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas;

20.3. É **VEDADA** a cessão ou a transferência das obrigações deste **ACORDO** a terceiros, total ou parcialmente;

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**;

21.2. Eventual invalidade de qualquer cláusula ou dispositivo contida no presente **ACORDO**, causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avençadas;

21.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) que não tenham sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados o presente **ACORDO** é assinado eletronicamente pelas partes.

JOSE MAURO DE
LIMA O DE
ALMEIDA:2962021
0263

Assinado de forma digital
por JOSE MAURO DE LIMA O
DE ALMEIDA:29620210263
Dados: 2022.10.20 14:22:23
-03'00'

JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA

**Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA**

CINTIA MARIA GONÇALVES VETROMILE

Procuradora da Fundación Avina

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PLANO DE TRABALHO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO

1) DADOS GERAIS:

Órgão / Entidade Proponente 1: Fundación Avina		CNPJ n.º: 10.268.706/0001-92	
Endereço: Avenida Presidente Wilson, 231, Salão 902, Parte - Centro			
Cidade: Rio de Janeiro	UF: RJ	CEP: 20.030-021	DDD / Telefone: +55 (21) 98393-9992
Nome do Responsável: CINTIA MARIA GONÇALVES VETROMILE			Cargo: Procuradora
Órgão/Entidade Concedente: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS		CNPJ: 34.921.783/0001-68	
Endereço: Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco.			
Cidade: Belém	UF: PA	CEP: 66.093-677	DDD / Telefone: (91) 3184-3398
Nome do Responsável: JOSÉ MAURO DE LIMA O'DE ALMEIDA			Cargo: Secretário de Estado

2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram a SEMAS/PA e AVINA , visando a convergir esforços para promover processos colaborativos que gerem mudanças sistêmicas em prol da dignidade humana e do cuidado do planeta.	Período de Execução:	
	Outubro de 2022	Outubro de 2027
Identificação do objeto: Promoção de ações colaborativas de intercâmbio de conhecimento e networking relacionado ao fomento de mudanças sistêmicas em prol da dignidade humana e do cuidado do planeta no âmbito do Estado do Pará.		

3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Fundación Avina é uma fundação latino-americana focada na produção de mudanças em larga escala necessárias ao desenvolvimento sustentável, fomentando processos colaborativos entre líderes de diferentes setores. Reconhecendo que é preciso uma coalizão diversificada de atores para impulsionar o tipo de mudança sistêmica que promova a sustentabilidade, a Avina promove alianças entre seus parceiros para promover o impacto em larga escala que nenhum setor, governo ou organização poderia alcançar sozinho. Dessa forma, a Avina promove agendas compartilhadas e cooperação efetiva entre empresários, empresas, organizações da sociedade civil, academia e instituições governamentais para que, juntos, possam ampliar e coordenar seus esforços para enfrentar alguns dos desafios mais difíceis enfrentados pela América Latina e pelo mundo.

No Brasil, a Avina atua em temáticas relacionadas a Cidades Sustentáveis, Acesso à Água e Saneamento, Reciclagem Inclusiva, Ações Climáticas com Bio e Diversidades, Mobilidade Humana – Migrações, Finanças Sustentáveis, Inovações Democráticas e Monitoramento, Aprendizagem e Avaliação. Como são agendas comuns aos interesses do Governo do Estado do Pará, diversas iniciativas sinérgicas poderão surgir que justificam este acordo.

No Estado do Pará, a Avina está atualmente elaborando um projeto para aumentar a resiliência de comunidades vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas nos Municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari na região do Marajó. Este projeto possui o aval do Governo Brasileiro e será apresentado para apreciação do Fundo Verde do Clima (Green Climate Fund) no final de 2022. Se aprovado, serão investidos recursos na implementação de agroflorestas como solução baseada na natureza para a adaptação às mudanças climáticas mais viável para a região do Marajó. Esta etapa de elaboração do projeto requer alinhamento com as prioridades do Estado do Pará.

Aliado a isso, a Avina está prospectando outras potenciais oportunidades de colaboração no Estado do Pará, especialmente mas não restrito às agendas de Acesso à Água e Cidades Sustentáveis.

Dessa forma, existe interesse mútuo de colaboração e compartilhamento de conhecimentos e networking entre AVINA e SEMAS/PA.

4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

- Intercambiar informações sobre a atuação da **AVINA e SEMAS/PA** que sejam de potencial relevância para o ACORDO;
- Definir atividades de interesse comum entre **SEMAS/PA e AVINA**;
- Articulação com setores do Estado e outras potenciais partes interessadas com relevância aos projetos da Avina para identificação de sinergias;
- Participar do Comitê Gestor de Clima do Estado do Pará, sempre que convidado;
- Participar de reuniões técnicas entre as equipes da **SEMAS/PA e da AVINA** para compartilhar os avanços e desafios do Plano de Trabalho do presente ACORDO.

5) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES

EIXO ÚNICO: FOMENTO DE MUDANÇAS SISTÊMICAS EM PROL DA DIGNIDADE HUMANA E DO CUIDADO DO PLANETA

Meta	Ação	Descrição da Ação	Produto/Resultado Esperado	Responsável/Ponto Focal	Cronograma
Identificação e alinhamento de potenciais sinergias	Estabelecer pontos focais para interações entre SEMAS/PA e AVINA	Identificar as pessoas de cada parte que serão a primeira referência de cada parte nas interações entre elas	Nomes dos pontos focais definidos e atualizados sempre que necessário	Juliana Strobel – AVINA Wendell Andrade – SEMAS/PA	Mês 10/22 a 11/22
	Promover encontro para apresentação da atuação de cada parte e identificação de pontos de sinergia.	Realizar encontros virtuais anuais para apresentação e atualização anual da atuação de AVINA e SEMAS/PA	Minuta do encontro com a identificação de potenciais pontos de sinergia entre as organizações	Juliana Strobel – AVINA Wendell Andrade – SEMAS/PA	Mês 11/22, 11/23, 11/24, 11/25, 11/26
Implementação de atividades sinérgicas	Realizar reuniões técnicas específicas para cada ponto de sinergia identificado	Realizar reuniões técnicas específicas para cada ponto de sinergia identificado, definindo pontos focais específicos de cada parte para cada tema	Minutas das reuniões técnicas com a definição de pontos focais específicos	Carolina Lourenço – AVINA Wendell Andrade – SEMAS/PA	Ao longo do acordo
	Articulação com setores do Estado e outras potenciais partes interessadas com relevância aos pontos de sinergia identificados;	Articulação com setores do Estado e outras potenciais partes interessadas com relevância aos pontos de sinergia identificados;	Reuniões com setores e partes interessadas relativas a cada ponto de sinergia realizadas	Carolina Lourenço – AVINA Wendell Andrade – SEMAS/PA	Ao longo do acordo
Implementação de atividades sinérgicas	Colaborar para a identificação de instrumentos de política pública que sirvam para a efetiva obtenção de resultados de interesse comum;	Realizar reuniões para o debate sobre os potenciais instrumentos de política pública afins aos pontos de sinergia para avaliação de oportunidades	Propostas de políticas públicas afins aos pontos de sinergia realizadas e debatidas	Carolina Lourenço – AVINA Wendell Andrade – SEMAS/PA	Ao longo do acordo
Atividades adicionais e de encerramento do AC	--	--	--		Mês 08/27 a mês 09/27

José Mauro de Lima O'de Almeida
Secretário de Estado – SEMAS/PA

Cintia Maria Gonçalves Vetromile
Procuradora da Fundación Avina

Acordo de Cooperação n.º 009 2022 - SEMAS F AVINA pdf

Código do documento 017ff7c9-cd12-4fcd-a1a7-a1286c1dc052



Assinaturas



CINTIA MARIA GONCALVES VETROMILE:10157389740

Certificado Digital

cintia.vetromile@avina.net

Assinou como parte

Eventos do documento

24 Oct 2022, 15:07:52

Documento 017ff7c9-cd12-4fcd-a1a7-a1286c1dc052 **criado** por CAROLINE KARINE NASCIMENTO SANTOS (023f57d8-948d-49a5-902e-d972fa221ac5). Email: caroline.santos@avexternos.org. - DATE_ATOM: 2022-10-24T15:07:52-03:00

24 Oct 2022, 15:08:46

Assinaturas **iniciadas** por CAROLINE KARINE NASCIMENTO SANTOS (023f57d8-948d-49a5-902e-d972fa221ac5). Email: caroline.santos@avexternos.org. - DATE_ATOM: 2022-10-24T15:08:46-03:00

24 Oct 2022, 16:49:53

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - CINTIA MARIA GONCALVES VETROMILE:10157389740

Assinou como parte Email: cintia.vetromile@avina.net. IP: 191.186.58.124 (bfba3a7c.virtua.com.br porta: 17428). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,OU=AC SERASA RFB v5,OU=A1,CN=CINTIA MARIA GONCALVES VETROMILE:10157389740. - DATE_ATOM: 2022-10-24T16:49:53-03:00

Hash do documento original

(SHA256):c9396d01747796fca22b647be7cf104fe12efa2287b5e79f1030ff8a59fa337

(SHA512):07894f3c068d9ecf9750ff4de930802aaa844dbc7a6edc9b9dceca52e310004d7022b3f24c17cf38275b75ad922aa7da4da4a29d3a79d359fb2c0a2121d17cb3

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign